

PATRIMÓNIO CULTURAL SUBAQUÁTICO

UMA QUESTÃO DE VISIBILIDADE

MARGARIDA GÉNIO

RESUMO Os navios que um dia se perderam por acaso, acidente ou acto de guerra assumem-se como expressão máxima dos saberes do mar, e são hoje testemunho de vidas que se fixaram na actividade marítima.

Portugal, tendo sido responsável pela descoberta de novos mundos, divulgação e troca de bens e ideias, foi o principal palco desta actividade na Idade Moderna, e actualmente conta com mais de 7000 registos de navios naufragados na sua Carta Arqueológica Subaquática.

Infelizmente, este património está à mercê da invisibilidade que o mar lhe confere, ameaçado por caçadores de tesouros mas mais ainda pela falta de conhecimento e divulgação de que é vítima.

No sentido de combater esta ameaça foi desenvolvido um projecto de valorização da componente Património Cultural Subaquático no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar, o *Profundis*.

Em colaboração com a Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar na salvaguarda deste património, o *Profundis*, a sua missão e o trabalho já desenvolvido serão apresentados pela autora, no sentido de promover o envolvimento da comunidade científica e do público em geral num tema que certamente tem muitas respostas a dar à Arqueologia Moderna.

PALAVRAS-CHAVE Património cultural subaquático

MAR PORTUGUÊS – MAR ESTRATÉGICO

*Portugal precisa de uma estratégia para o mar. Isto mesmo tem sido reconhecido através de inúmeras iniciativas que lançaram as bases para a discussão de como o mar poderá tornar-se num dos principais factores de desenvolvimento do País, se devidamente explorado e salvaguardado.*¹

Assim se inicia um instrumento político que concretiza a *Estratégia Nacional para o Mar*, criada em Agosto de 2005 pela Resolução do Conselho de Ministros, centrada na criação de mecanismos de atracção de investimento, baseados em informação sólida e credível. Uma vez reconhecida a importância do Mar perspectiva-se todo um conjunto de acções sobre os rios, estuários e sobre o mar português – uma das maiores zonas económicas exclusivas (ZEE) da Europa, que corresponde a cerca de dezoito vezes a área terrestre do nosso país.

Tendo sido Portugal responsável pela descoberta de novos mundos, divulgação e troca de bens e ideias, foi o principal palco da actividade marítima na Idade Moderna e, actualmente conta com mais de 7500 vestígios de natureza arqueológica, em contexto Subaquático,

vestígios esses que na sua maioria são de natureza náutica, numa cronologia que se espraia desde a pré-história até à Idade Contemporânea.

Deste modo, e considerando o impacto que a dimensão do Mar assume na cultura marítima portuguesa, urge olhar para o Património Cultural Subaquático como um dos fortes mecanismos de atracção, como mais um elemento sólido e credível que integrado no riquíssimo património natural carece de acções de preservação e valorização.

Declarada a especificidade singular deste mecanismo, Portugal contemplou na sua *Estratégia Nacional para o Mar* a promoção da "*preservação e valorização do PCS, arqueológico e histórico bem como do estudo e da salvaguarda dos testemunhos arqueológicos subaquáticos, protegendo-os da delapidação e degradação e apoiando a sua investigação*"² como também foi um dos primeiros signatários da Convenção da Organização das Nações Unidas (UNESCO) sobre a protecção do PCS, ficando assim delineada – pelo menos no plano das intenções – uma política aparentemente coerente de salvaguarda, estudo e valorização do PCS, assumindo o nosso país constituir esse conjunto de sítios submersos um recurso cultural estratégico não renovável e da maior importância, como factor identitário e promotor

1. *Estratégia nacional para o Mar*, Ministério da Defesa – Estrutura de Missão para os assuntos do Mar (2005).

2. *Estratégia nacional para o Mar*, Ministério da Defesa – Estrutura de Missão para os assuntos do Mar (2005).

de um desenvolvimento sustentável, e governação responsável nas componentes económicas, sociais, culturais e institucionais.

Encarando o Património Cultural Subaquático como uma força motor para esta aposta sobre o Mar, importa saber exactamente do que estamos a falar, entendendo-se por Património Cultural Subaquático (PCS) – o conjunto de todos os vestígios da existência do homem de carácter cultural, histórico ou arqueológico que se encontrem parcial ou totalmente, periódica ou continuamente submersos há, pelo menos, 100 anos, nomeadamente: sítios, estruturas edifícios, artefactos e restos humanos, bem como o respectivo contexto arqueológico natural; navios, aeronaves e outros veículos, ou parte deles, a respectiva carga ou outro conteúdo, bem como o respectivo contexto arqueológico natural e, artefactos de carácter pré-histórico.³

UMA QUESTÃO DE VISIBILIDADE

A notoriedade pública atribuída ao Património Cultural Subaquático, uma vez integrado na Estratégia Nacional para o Mar, não é suficiente sem um plano de acção permanente.

Infelizmente, este património está à mercê da invisibilidade que o mar lhe confere, é vítima de uma destruição silenciosa, ameaçado pelas acções deliberadas de empresas de caça ao tesouro, por mergulhadores amadores em pilhagens ocasionais, pelo desenvolvimento de obras na frente marítima, por dragagens e, pela pesca de arrasto, sendo que a maior ameaça surge na falta de conhecimento e divulgação de que é vítima. No entanto, e para além destas ameaças a arqueologia subaquática portuguesa depara-se com muitas dificuldades, mergulhada num ambiente político e orçamental avesso à manutenção e premente reforço das competências técnicas e científicas adquiridas desde 1996, pelo ex – Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS), recentemente despromovido a Divisão de Arqueologia Náutica e Subaquática do IGESPAR. Torna-se árdua a tarefa de fiscalização arqueológica das nossas costas, de verificação dos autos de achados fortuitos e, de inventariação, localização e classificação dos sítios arqueológicos submersos nos mares e nos rios de Portugal.

Contudo, o problema não é exclusivo da tutela. De uma forma geral as instituições académicas nacionais não têm interesse significativo por esta área da arqueologia, nem oferecem pós-graduação neste ramo (à

excepção das Universidades Nova de Lisboa, Autónoma de Lisboa e o Instituto Politécnico de Tomar) e, não se estabelecem acções concretas de prospecção e escavação em meio subaquático.

Apesar da fraca visibilidade sobre este património, há um valioso conjunto suspeitado e comprovado de sítios arqueológicos, resultante dos mais diversos naufrágios ocorridos quer em águas sob jurisdição portuguesa, quer em águas sob a alçada de países alvejados pela epopeia portuguesa e, que merecem ser caracterizados como zonas ricas em vestígios de Património Cultural Subaquático.

Sugerem-se os seguintes casos:

- Nau espanhola "*Nuestra Señora del Rosario*" da frota das Índias Ocidentais que a 7 de Dezembro de 1589 impeliu de encontro ao areal de Tróia, afogando-se cerca de 120 pessoas, das 240 que seguiam a bordo, assim como quase toda a carga que a nau trazia, cerca de 23 toneladas de ouro e prata... "*depois de cortar os mastros, deu à costa rijamente em Setúbal, onde se partiu um bocados, com alguns homens a salvarem-se a nado e a darem a notícia de que o resto se teria afogado*".⁴

- O naufrágio do navio holandês "*Shoonhoven*". Fazia a sua terceira viagem em direcção à Ásia, num percurso que se vê tragicamente interrompido pelo seu naufrágio na costa de Portugal a 23 de Janeiro de 1626. Documentação inédita pertencente ao Arquivo Histórico Ultramarino e aos arquivos holandeses, permite-nos identificar a zona a sul de Melides como o local da ocorrência deste naufrágio, como também nos dá as diligências desenvolvidas pelas mais variadas instituições locais no sentido de arrecadar os salvados arrojados à costa.⁵

- O afundamento do "*I' Océan*". Navio de guerra francês encalhado propositadamente pela tripulação junto à protecção neutral da fortaleza portuguesa de São Luís de Almadena, Boca do Rio, Algarve. Fora bombardeado pelos navios ingleses que o perseguiram, a 19 de Agosto de 1759. O mesmo acontecera com outro navio da mesma frota francesa, o "*Redoutable*", igualmente abrasado quando encalhado na praia do Zavial, naquela que ficaria conhecida como a Batalha de Lagos.⁶

- O naufrágio na Austrália da galera portuguesa "*Correio d' Ásia*", descoberto em 2004 pelos arqueólogos do Western Australian Maritime Museum. Era uma galera de bandeira portuguesa da propriedade do negociante da praça de Lisboa, José Nunes da Silveira. Em 1816, nessa sua derradeira viagem directa de Lisboa a Macau, tinha João Joaquim de Freitas, capitão tenente

3. *Convenção sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático*. Texto adoptado pela 31.ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) em Paris, no dia 2 de Novembro de 2001. Lisboa, 2004.

4. Monteiro, A. e Pinheiro, S. (2010) – *O naufrágio da nau da prata Nuestra Señora del Rosario (Tróia, 1589)*. Relatório de Pesquisa apresentado a DANS. Documentos de trabalho da DANS. Lisboa.

5. Com. pessoal Alexandre Monteiro.

6. Com. pessoal Alexandre Monteiro.

do Departamento da Marinha de Goa como comandante. Nos reservados da Sociedade de Geografia de Lisboa encontra-se o maior acervo documental referente a José Nunes da Silveira.⁷

No litoral português, e de natureza perigosa, o notável Cabo da Roca, constituído como ponto de charneira entre a costa sul e a costa norte, mais sujeito a regime de nortada e agitação marítima, reúne vários episódios de naufrágios:

- 1611, vinda de Porto Rico e comandada pelo capitão Pedro Rebolo, naufraga a Nau espanhola de 90 toneladas "*Nuestra Señora de la Encarnació*".

- Aos dois dias do mês de Novembro de 1636 naufraga a nau portuguesa da Índia, "*Santa Catarina de Ribamar*". Quase um século depois viria a naufragar, entre a Roca e Cascais, uma tartana francesa, que saíra de Marselha no dia 1 de Janeiro de 1731 com várias mercadorias para Lisboa, naufragando cerca de um mês mais tarde, a 3 de Fevereiro.

- No ano de 1871, no dia 26 de Agosto a caminho de Trieste, o vapor inglês "*Lunfield*" ou "*Munfield*", que vinha de Cardiff com rails de caminhos-de-ferro;

- A 20 de Janeiro de 1875, "*Insulano*", o vapor português construído em 1868, da empresa Insulana de Navegação, com 877 toneladas, abalroado pelo vapor inglês City of Meca.

A par do Cabo da Roca, que conta com muitos outros casos para além dos referidos, destaca-se o Rio Arade. Sendo a mais importante linha de água do Algarve desde a mais remota antiguidade, desempenhou um papel de charneira e de traço de união entre o Mediterrâneo e o Atlântico. A mais antiga fonte escrita sobre navios naufragados em águas hoje portuguesas refere-se a este rio – numa data aliás precisa - "*o 1º Rágebe do ano de 355*" (23 de Julho de 996), data em que uma frota viking subiu o rio para tomar de assalto Silves, mas foi atacada, incendiada e parcialmente destruída. Em 2005 é promovido pelo CNANS um rastreio de magnetometria e de sonar de varrimento lateral com vista à prevenção e minimização de eventuais impactes negativos das futuras dragagens do canal de acesso e de alargamento da bacia de rotação do Porto de Portimão sobre o PCS. Foram localizados cerca de 200 alvos de presumível natureza antrópica, alguns dos quais com eventual significado arqueológico.

Um outro caso excepcional é o do naufrágio do "*Lidador*" em 1878 ao largo da Horta, na ilha do Faial, Açores. Construído no ano de 1873, em Londres, pelos estaleiros navais de William Walker & Co., rumou até à ilha Terceira onde embateu num recife submerso numa tempestade de vento carpinteiro no dia 7 de

Fevereiro. O seu incrível estado de conservação permitiu transformá-lo naquilo que é hoje, o único Parque Arqueológico Subaquático português, em Angra do Heroísmo.

Descoberto na costa de Oranjemund, em 2007, o navio da Namíbia reúne todas as características de um navio português da Carreira da Índia, incluía moedas espanholas e portuguesas dos séculos XV e XVI, em elevado número e raridade. Portugal, enquanto país de bandeira foi convidado a colaborar na investigação histórica e arqueológica deste naufrágio.

Por último, o naufrágio do navio negreiro "*Esperança*", português, perdido nas ilhas Turks and Caicos em 1837.⁸

Os naufrágios jazentes nas águas territoriais portuguesas constituem vestígios arqueológicos, frágeis e finitos, que no seu todo corporizam o PCS que se encontra à guarda do nosso país. São hoje testemunhos tangíveis não só de uma herança marítima milenar, como também das tragédias e de pequenos actos do quotidiano de sobrevivência das mais variadas gentes, que um dia buscaram o nosso território para aí se fixarem, como ponto de passagem, local de conflito, porto de abrigo ou praça do comércio.

No sentido de combater a apatia que paira sobre este elemento de real importância para a cultura portuguesa, foi elaborada uma proposta assente na premissa da Estratégia Nacional para o Mar e que tem como objectivos gerais: qualificar e valorizar as condições de conhecimento do PCS; salvaguardar o PCS enquanto recurso finito, frágil e não renovável; promover o binómio património/educação; estimular o envolvimento e a participação dos cidadãos na salvaguarda do PCS (como factor de identidade e elevação da auto-estima, de cidadania e de interacção no desenvolvimento sustentável dos territórios e das comunidades; criação de programas e de acções educativas e formativas), incentivando as acções de valorização do PCS no âmbito de grandes campanhas oceanográficas científicas, bem como a criação de pequenos projectos de investigação académica na mesma área, gerindo a informação histórico-arqueológica capitalizando meios já existentes e dados já recolhidos, elaborando itinerários turístico-culturais e promovendo a respectiva divulgação dos valores patrimoniais inseridos nesses circuitos turísticos.

Este plano de intervenção seria pautado por diferentes e, sucessivas fases de trabalho, estabelecendo-se cinco momentos principais: a preparação – fase dedicada à investigação histórica, à elaboração de um pedido de licenciamento e à implementação de uma logística que permita realizar uma campanha de prospecção; a

7. Com. pessoal Alexandre Monteiro.

8. Com. pessoal Alexandre Monteiro.

prospecção – a decorrer no terreno e que visa localizar locais onde se encontre PCS; a escavação – a decorrer numa ou mais campanhas e que visa caracterizar arqueologicamente os sítios detectados, maximizando-se a recolha de informação; a conservação e o restauro – a fase mais demorada que visa estabilizar e preparar os artefactos eventualmente recolhidos de modo a que os mesmos possam ser estudados, contextualizados e musealizados; e por fim, a divulgação pública – fase em que se inicia com a preparação e que se prolonga no tempo, sem fim conhecido, tendo como objectivo divulgar aos mais diferentes públicos, especializados e não especializados, os resultados das diferentes fases de investigação realizadas ao longo deste projecto.

A elaboração da proposta realizou-se em 2010, prevendo-se no mesmo ano fazer a identificação, posicionamento, cartografia, estudo e divulgação de vestígios arqueológicos relevantes, já localizados ou presumidos, correspondentes a embarcações naufragadas nas águas marítimas sob jurisdição portuguesa ou a navios portugueses perdidos em águas internacionais ou de outros países. Nos anos seguintes (2011 e 2012) perspectiva-se dar seguimento a estes trabalhos continuando a investigação documental, a análise da cartografia local, sua digitalização e tratamento, entrevistas a pescadores, marítimos, práticos e demais habitantes locais, utentes do mar, para identificação de peguilhos e recolha de relatos de eventual ocorrência de achados fortuitos; prospecções visuais e por geofísica do leito marinho, em zonas de relevante interesse, até à batimétrica dos 35 metros com recurso aos meios de exploração submarina ao dispor de Portugal, integração

e georeferenciação de todos os dados adquiridos em suporte informático específico.

Considerando a especificidade do projecto mas, em simultâneo, a ambivalência inerente a um assunto que reúne diversas áreas profissionais e que assume um alcance muito vasto, de norte a sul do país, estão envolvidas e é pretendido envolver várias entidades, desde instituições académicas, nomeadamente as Universidades Nova de Lisboa, de Aveiro e do Texas A&M; a Divisão de Arqueologia Náutica e Subaquática do IGESPAR; associações Locais ou Regionais de Defesa do Património; a UNESCO; a Marinha Portuguesa; Órgãos de gestão autárquica, nomeadamente as Câmaras de Ílhavo, Grândola, Setúbal, Cascais e Lagos; Governos Regionais; Autoridade Marítima e outras a definir.

A proposta é exigente mas deveras aliciante para quem considera o Mar Português, um mar de potencialidades. Uma vez concluída esta proposta, que sintetiza tudo o que deve integrar um projecto em arqueologia subaquática, foi apresentada à Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar (EMAM), que se encontra a arquitectar um projecto no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar, no sentido de valorizar a componente Património Cultural Subaquático – o *Profundis*, bem como à autarquia de Grândola no sentido de realizar a carta arqueológica subaquática do concelho.

À semelhança deste projecto, muitos outros podem ser desenvolvidos no sentido de valorizar e preservar o Património cultural Subaquático, bem como a própria Arqueologia Subaquática, que está na linha da frente nesta batalha pela defesa de um património frágil e finito que pertence a toda a humanidade.